



Reportagem do EM revela passivo deixado por mais de meia centena de áreas de extração abandonadas ou paralisadas no estado, com ameaças ao ambiente e a comunidades

A exploração de ouro e geração de resíduos tóxicos no processo convencional, favorecem que o escuro da Mina de Morro da Glória uma ameaça para 500 pessoas das três capangas Vila da Mina em Nova Lima, na Grande BH. Mesmo com placas espalhadas pelo mineração AngloGold Ashanti

aterrando que se trata de líquido impróprio para uso, vários moradores e empregados para lavar louças e roupas, fazer a limpeza das casas e até para consumo de banhos e pomos, arrastando saúde próprias famílias. A situação do empreendimento paralisado e com área vizinha recuperada

irregularmente e preocupante, mas representa para os moradores o risco de passivos que podem representar empreendimentos minerários abandonados após o encerramento de seus valores de sua viabilidade ou paralisadas até melhor oportunidade de exploração. E está longe de ser um caso isolado: em

todo o estado, são mais de 500 áreas de mineração paralisadas pela extração de minérios minerais, com ameaças ao meio ambiente e a comunidades, em um quadro que o Estado de Minas revela hoje e amonilha na reportagem "Minas desativadas: cicatrizes da exploração".

# “É a água que temos aqui”

Segundo o Cadastro de Minas Paralisadas e Abandonadas da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), dos 520 empreendimentos nessa situação avaliados, 60% (77%) se encontram com as atividades suspensas, enquanto 19% (23%) estão em situação de abandono. A Mina Morro da Glória se enquadra na primeira definição e indica como o passivo ambiental deixado após anos de exploração pode ameaçar comunidades.

“É a água que temos aqui. Somos muitas pessoas e não temos acesso (ao abastecimento). O certo seria que não poluíssemos a água, porque depois ela cai no rio das Velhas”, reclama o comerciante Luis Ricardo Ferreira Romera, de 30 anos, referindo-se ao líquido contaminado que escorre da mina. “Acabamos mudando. Só não bebemos e cuidamos com ela. Mas minha gente usa essa água para tudo. É que aqui falta de tudo: água, energia, esgoto...”, completa Christina de Freitas, de 42, desempregada, que mora na ocupação Vila da Mina, em Nova Lima, com o marido e o filho de 1 ano.

Quando a mina em Nova Lima deixou de ser explorada, os dois acessos que existiam na base do Morro da Glória (Morro Santa Rita) para extração de ouro foram fechados com estruturas de alvenaria. Da ali, onde uma mata fechada cobre o terreno, desce um curso d'água contido por uma caixa d'água de concreto. E esse pequeno córrego que passa em meio às casas da ocupação,

com água imprópria que chega a ser acumulada em pequenas barragens nas partes mais baixas da comunidade.

“O líquido inapropriado, que aqui para desaguar no Rio das Velhas, apenas quatro quilômetros acima da Estação de Captação de Água de Bela Fama, da Copasa. É o lá que vem a água que chega às casas e as reutilizações de terra, das comunidades da Grande BH.”

**SEM LICENÇA** O cadastro da Feam indica que empreendimentos como a Mina Morro da Glória são considerados paralisados quando “a atividade de extração mineral está inativa, com previsão de retomada de produção e com medidas de controle e monitoramento ambiental” já abandonadas se encontram “sem previsão de retomada da atividade, sem medidas de controle ou monitoramento ambiental, caracterizando o abandono do empreendimento, no qual o processo de fechamento está incompleto ou ausente”.

Das 520 minas inoperantes identificadas no estado pela Feam, 57 não têm licença ambiental. Dessas, 30 (53%) foram caracterizadas como paralisadas e 27 (47%) como abandonadas. Os principais passivos ambientais encontrados nessas áreas tratadas de exploração correspondem à falta de solo corretamento e disposição desordenada de materiais sólidos, acúmulo de rejeitos, drenagens, acúmulo de água pluvial em áreas e interferências com áreas de preservação permanente (APP).



Christina de Freitas, com o filho de 1 ano: “Muito gente usa essa água para tudo, porque aqui falta água, esgoto, estrada...”

## Sujeira depois da pedra-sabão

Entre os problemas identificados em fiscalizações de minas inoperantes, os agentes da Feam podem verificar que grande parte dos empreendimentos paralisados “não investem em processos de recuperação e não apresentam sinalização ou encerramento, sendo que, muitas vezes, os acessos são precários. Em muitos casos, há dificuldade em se identificar o responsável pelo passivo e pelo empreendimento, as áreas não foram tratadas com processos ativos evidentes e sem sistemas de drenagem”.

Um retrato exposto desse tipo de situação pode ser encontrado em outro ponto da zona rural de Nova Lima, onde a mata ciliar de um afluente do Córrego dos Boaidores engloba 11 hectares de área onde foi aberta uma mina de estanho, a pedra-sabão.

Abandonada a escavação em degraus, buscando os vários canteiros usados por artesãos e outros utensílios perfurados mais de 60 metros, no fundo, a água corre e se acumula até vencer a grade aberta por rios e escadarias, seguindo mata adentro.

já com o barro e os resíduos do estanho. Suas bordas da cara, o terreno já apresenta sulcos provocados pelas erosões, variadas por chuvas e encostas que vêm das partes mais altas.

“Ao deixar a mina, a água segue atravessando propriedades rurais e sofrendo alguns barramentos até ingressar no Córrego dos Boaidores, já em área preservada de Mata Atlântica, onde desagua no Rio das Velhas, importante com o processo erosivo evidente e sem sistemas de drenagem”.

Um retrato exposto desse tipo de situação

## Controle parte de empreendedores

A Feam informa que trabalha a temática de minas abandonadas e paralisadas desde 2007. “Os empreendedores possuem a obrigação de apresentar a declaração de inatividade mineral, para caracterizar a área e apresentar as medidas mitigadoras que serão aplicadas no empreendimento durante a paralisação. Os relatórios são analisados pelos técnicos e considerados como forma de acompanhamento do controle das medidas de mitigação de impacto ambiental adotadas pelas empresas”, informa a fundação.

Sobre o empreendimento Mina Morro da Glória, da AngloGold Ashanti, a Feam afirma que a gestão ambiental da área é feita com base no Relatório de Paralisação de Atividade Minerária. “É importante destacar que a entrada da mina subterrânea está selada, a área cercada e ao longo de todo o empreendimento existem sinalizações alertando para as medidas de uso da água que direciona a mina”, informa.

Sobre as questões de contaminação, “há Feam encontrados registros de declaração de área suspeita de contaminação, com o nome desse empreendimento”. Mas, após questiona-

mento do Estado de Minas, será determinado à mineradora que identifique as suas áreas contaminadas. “Respostamos que, mesmo com a declaração específica por parte do empreendedor, a empresa será demandada a realizar os procedimentos para identificação de áreas contaminadas previstas na legislação”, acrescenta a Feam.

A Prefeitura de Nova Lima informou, em nota, que está em tratativa com a AngloGold Ashanti para que seja estabelecido um plano de reassentamento para as famílias envolvidas. “A responsabilidade da AngloGold Ashanti a regulamentação respectiva das áreas a serem implantadas, em conjunto com o município, visando o melhoramento das condições de vida das famílias envolvidas”, afirma a prefeitura.

“A mineradora AngloGold Ashanti informou também por meio de nota que a Mina Morro da Glória “encontra-se paralisada devidamente registrada nos órgãos competentes, com monitoramento constante da estrutura”. A qualidade da água da mina reflete a gestão local, figura o quadrilátero ferrífero e monitora-

da está dentro dos parâmetros legais para descarte de efluentes, não causando impacto ao Rio das Velhas”, assina a empresa, embora reconheça que o líquido “naquele ponto é impróprio para uso humano”, o que é devidamente informado em sinalização localizada localmente.

A empresa acrescenta que ações para manutenção e fechamento do canteiro vêm sendo desenvolvidas para “ser feitas sustentavelmente alinhadas com as demandas locais”.

**SUB-REGIÃO** Sobre as empresas de extração de pedras sabão, a Feam informou que ambas foram fundadas em 2018, por descumprimento dos procedimentos para paralisação temporária de empreendimentos minerais. “Os dados dos perfis das áreas são objeto de inquérito técnico, sendo investigados os dados de segurança resposivos”, acrescenta.

O Estado de Minas tentou contato com os responsáveis, mas não conseguiu representantes para falar sobre planos de recuperação, desativação da área impactada ou retomada da exploração.



Passivo deixado pela extração de estanho de 11 hectares e motivou inquérito

## MINAS DESATIVADAS - CICATRIZES DA EXPLORAÇÃO

Desde 2016, quando houve o primeiro cadastro após a tragédia de Mariana, total de áreas de mineração inoperantes passou de 400 para 520. Já a classificação do risco foi eliminada

# Extrações abandonadas ou paralisadas aumentam 30%

RETRATO DA INOPERANCIA

| ANO  | REGRAS COM MAIS MINAS ABANDONADAS |
|------|-----------------------------------|
| 2016 | 100                               |
| 2017 | 150                               |
| 2018 | 200                               |
| 2019 | 250                               |
| 2020 | 300                               |
| 2021 | 350                               |
| 2022 | 400                               |
| 2023 | 520                               |

“A legislação no Brasil atribui o licenciamento para mineração a cargo privado e cobrar da administração pública a fiscalização de áreas.”

## Especialista diz que risco é generalizado

“A legislação no Brasil atribui o licenciamento para mineração a cargo privado e cobrar da administração pública a fiscalização de áreas.”

## Bombas-relógio no colo do Estado

“A legislação no Brasil atribui o licenciamento para mineração a cargo privado e cobrar da administração pública a fiscalização de áreas.”

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Gerais **Página:** 8 e 9